CORREIO POLÍTICO

Reprodução/Youtube de Silas Malafaia

Chapa provavelmente será liderada por Tarcísio

Após acordo com centrão, a batalha será o vice da chapa

Tudo bem, o centrão está fechando acordo com Tarcísio de Freitas (Republicanos). O Toma lá, dá cá é o seguinte: a frente partidária PP-União Brasil apoia a aprovação da anistia, ampla o suficiente para beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas, em troca, os bolsonaristas dão à federação a vaga de vice na chapa provavelmente liderada pelo governador de São Paulo.

Só tem um problema: está garantida a vaga de vice?

Bolsonaro teria que anunciar, até abril o apoio ao nome de Tarcísio para o governador poder se deincompatibilizar. E, junto, teria também que anunciar o nome do candidato a vice. Mas o clã Bolsonaro anda dizendo que quer o nome da família cédula eleitoral.

Eduardo se lança

O filho Zero Três do presidente, deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), já até ameaçou se candidatar a presidente da República contra ninguém menos do que o governador Tarcísio de Freitas.

O temor agora no centrão é que Eduardo insista em figurar como vice.

Michelle na fila

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro era a primeira da fila do PL como candidata no lugar do marido, Jair Bolsonaro.

Agora com toma lá dá cá da anistia em troca da candidatura do governador Tarcísio de Freitas, o temor do centrão é que o PL queira Michelle de vice.

Lula Marques/Agência Brasil

Presidente da Câmara fala em discussão sobre o tema

Motta: 'Não há definição sobre projeto da anistia'

"Estamos muito tranquilos em relação a essa pauta. Estamos sempre ouvindo os líderes que têm interesse e os que são contrários", reforçou o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, que, na ocasião, afirmou que ainda não há definição sobre a inclusão, na pauta do Plenário, do projeto que concede anistia aos acusados de golpe de Estado. Já o presidente do Senado e do Congresso Nacional, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou nesta semana ser contrário a uma anistia ampla e geral, como defende o PL, partido do ex-presidente. Ele informou ainda que deve apresentar um texto alternativo sobre o tema.

O projeto

O projeto de lei da anistia defendido pela oposição, liderada pelo Partido Liberal (PL), perdoa os condenados pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023, incluindo os financiadores, incentivadores e organizadores. A anistia aos condenados pelos ataques às sedes dos Três Poderes voltou ao centro das discussões no Congresso com o início do julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado. Se aprovada, a lei pode beneficiar o ex-presidente.

PGR acusa

A PGR acusa Bolsonaro de liderar uma tentativa de golpe com previsão de planos de assassinatos do candidato eleito, Lula, e seu vice, Geraldo Alckmin, além do ministro Alexandre de Moraes. Outros sete aliados do político também estão sendo julgados, entre eles, o ex-ministro Paulo Nogueira Batista; o ex-comandante da Marinha almirante Almir Garnier; o ex-ministro Augusto Heleno; e o vice na chapa perdedora da eleição de 2022, o general Braga Netto.

PGR pede ao Supremo a condenação do Núcleo 4

Manifestação ocorre após o encerramento das defesas do Núcleo 1

Por Karoline Cavalcante

Gustavo Moreno/STF

Réus são investigados por fomentar a descrença nas urnas e defender a ruptura institucional

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação de sete envolvidos no chamado "núcleo quatro" da Ação Penal nº 2668, que apura uma suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. O grupo, que teria atuado como braço operacional da disseminação de desinformação, é acusado de utilizar órgãos estatais — em especial a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) — para alimentar uma campanha coordenada de ataques ao sistema eleitoral brasileiro e às instituições democráticas.

A manifestação da PGR foi encaminhada na noite da última quarta-feira (3) e ocorre após o encerramento da fase de sustentações orais das defesas dos oito réus do chamado "núcleo crucial", também incluso no mesmo processo.

Núcleo Quatro

Com base em 193 páginas de documentação, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, sustenta que os investigados integraram uma estrutura organizada e articulada, que recorreu a práticas clandestinas de monitoramento e espionagem, manipulação de dados e campanhas difamatórias. O objetivo, de acordo com o Ministério Público Federal (MPF), era fomentar a descrença nas urnas eletrônicas e criar um ambiente social e político propício à ruptura institucional — culminando nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes, em Brasília, foram invadidas e depredadas.

São réus neste núcleo o ex-major do Exército Ailton Moraes Barros; o major da reserva do Exército Ângelo Denicoli; o subtenente do Exército Giancarlo Rodrigues; o tenente-coronel do Exército Guilherme Almeida; o coronel do Exército, Reginaldo Abreu; o agente da Polícia Federal (PF) Marcelo Bormevet; e o presidente do Instituto Voto Legal (IVL), Carlos César Moretzsohn Rocha. Eles são acusados de cinco crimes: organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Segundo a PGR, os atos foram orquestrados com a intenção deliberada de enfraquecer a confiança pública nas eleições e justificar, sob pretexto de fraude, a interrupção da ordem democrática.

Espionagem

No centro da denúncia está o uso indevido da Abin como aparato paralelo de contrainteligência. De acordo com as investigações, a agência foi instrumentalizada para vigiar adversários políticos e repassar informações, inclusive por meio do programa israelense de espionagem "First Mile", a agentes ligados diretamente ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Parte desse material teria sido usado para alimentar redes de perfis falsos e cooptados em plataformas digitais, responsáveis pela propagação em massa de conteúdos falsos e antidemocráticos.

Segundo o MPF, Bormevet, policial federal lotado na Abin à época, é apontado como um elo direto com o então diretor do órgão, o atual deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) — atualmente réu no processo referente ao Núcleo Crucial, ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele ficava responsável pela coleta de dados sensíveis sobre ministros do STF, como Luís Roberto Barroso e Luiz Fux. As informações, de acordo com os autos, eram compiladas de forma distorcida para minar a credibilidade do Judiciário e das eleições.

Urnas

Outro ponto central da acusação envolve o IVL — contratado pelo PL para auditar o funcionamento das urnas — o instituto teria fabricado um relatório com viés deliberadamente enviesado, com o intuito de alimentar a tese de que o sistema eleitoral brasileiro era falho. O documento foi posteriormente usado pelo partido para tentar questionar judicialmente os resultados das eleições.

Paulo Gonet destacou ainda que os envolvidos não apenas criaram e disseminaram conteúdos falsos, como também tentaram associar, de forma sistemática, autoridades públicas a ideologias consideradas inimigas por seus apoiadores, rotulando militares que se opunham ao golpe como "traidores da pátria" e "comunistas". Essa estratégia, segundo ele, visava ampliar o apoio da base bolsonarista a um projeto autoritário e antidemocrático.

Julgamento

As acusações foram encaminhadas no âmbito da Ação Penal 2694, que tramita na Primeira Turma da Suprema Corte. O julgamento do Núcleo Quatro ainda não tem data para conclusão, mas está em estágio avançado. Após a manifestação final da acusação, as defesas terão prazo para apresentar seus argumentos antes do voto dos ministros.

O grupo é o segundo mais avançado entre os quatro processos que investigam a tentativa de subversão do resultado eleitoral. O mais próximo de um desfecho é o Núcleo Um, considerado "central" pela PGR, que inclui Bolsonaro e outros sete ex-integrantes do alto escalão de seu governo. Este julgamento teve início na última terça (2) e quarta-feira (3), com a leitura do relatório pelo ministro Alexandre de Moraes e as manifestações orais da acusação e da defesa. O julgamento retornará na próxima terça-feira (9), com os votos dos ministros da Primeira Turma.

'Tudo regular', rebate Moraes sobre denúncias de ex-assessor

Por Karoline Cavalcante

Rosinei Coutinho/SCO/STF

Tagliaferro acusou o ministro de adulterar documentos

O embate entre o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e seu ex-assessor no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, ganhou novos contornos nesta semana, após acusações formais feitas pelo ex-integrante do órgão durante audiência na Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado. O magistrado — que à época presidia a Corte Eleitoral — refutou todas as alegações e afirmou, por meio de sua assessoria, que os procedimentos questionados seguiram trâmites legais e estão documentados em inquéritos em andamento.

Tagliaferro, que chefiou a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do TSE, apresentou documentos e relatórios que, segundo ele, evidenciam irregularidades na condução de investigações envolvendo empresários bolsonaristas em 2022. De acordo com seu relato, o gabinete de Moraes teria adulterado datas de documentos técnicos usados para justificar operações de busca e apreensão, incluindo a que mirou nomes como os proprietários da Havan, Luciano Hang; e do Coco Bambu, Afrânio Barreira Filho.

Narrativa jurídica

Segundo os dados apresentados pelo ex-assessor, um dos relatórios utilizados para embasar a operação teria sido produzido somente após a ação da Polícia Federal, mas foi protocolado com data anterior. Ele afirma ainda que a iniciativa partiu do ministro, com intermédio de um juiz auxiliar do gabinete, para "construir uma narrativa jurídica" que justificasse medidas já adotadas.

Durante sua fala no Senado, feita na última terça-feira (2) por videoconferência da Itália — país onde reside atualmente e para onde onde fugiu após ser alvo de investigações no Brasil —, Tagliaferro alegou que a ordem partiu diretamente de Moraes, que teria se baseado apenas em uma reportagem jornalística para autorizar as medidas. Em seguida, a equipe teria sido acionada para produzir o conteúdo retroativamente.

Legalidade

Em nota oficial, o gabinete do ministro classificou as acusações como infundadas e reafirmou a legalidade dos atos praticados. O comunicado destaca que os relatórios elaborados pelo TSE faziam parte de investigações maiores sobre a atuação de milícias digitais e desinformação eleitoral. Moraes também reiterou que todas as solicitações a órgãos públicos foram feitas com base no regimento do STF e com ciência da Procuradoria-Geral da República (PGR).

"No exercício do poder de polícia, [o TSE] tem competência para a realização de relatórios sobre atividades ilícitas, como desinformação, discursos de ódio eleitoral, tentativa de golpe de Estado e atentado à Democracia e às Instituições", afirmou a assessoria do magistrado. "Todos os procedimentos foram oficiais, regulares e estão devidamente documentados", completou.

A defesa do ministro afirma que, no caso específico da operação de agosto de 2022 — citada por Tagliaferro —, os documentos foram devidamente inseridos nos autos, com vistas concedidas às partes. "Tudo regular e oficialmente nos autos", afirmou a nota, que mencionou que a PGR, que participou das investigações, também não questionou a regularidade do material.

Momento delicado

As denúncias surgem em um momento politicamente sensível. Ele foi ouvido pela comissão da Casa Alta no mesmo dia em que o STF iniciou o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete ex-integrantes do alto escalão de seu governo, por tentativa de golpe de Estado.

Eduardo, atualmente foragido, é investigado pela própria procuradoria-geral por violação de sigilo funcional, obstrução de investigações e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. O Ministério Público Federal (MPF) sustenta que ele agiu com o objetivo de desestabilizar as apurações sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O Itamaraty já iniciou tratativas com autoridades italianas para viabilizar sua extradição ao Brasil.